



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SÉTIMA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

entre

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

como Emissora, e

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR,

CCR S.A.

como Intervenientes Garantidoras,

e

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de

21 de dezembro de 2022



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SÉTIMA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Pelo presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A. (“Primeiro Aditamento”), as partes abaixo qualificadas,

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Euzébio de Almeida, nº 2.500, Jardim Sulacap, CEP 21.741-172, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 15.440.708/0001-30, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, nº 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) objeto da presente escritura, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de intervenientes-garantidoras,

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20.031-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“Invepar”); e

CCR S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“CCR” e, em conjunto com a Invepar, as “Intervenientes Garantidoras”),



Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individualmente e indistintamente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE, em 2 de fevereiro de 2018, o Agente Fiduciário, a ViaRio e as Intervenientes Garantidoras celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.”, conforme aditada (“Escritura de Emissão” e “Emissão”);

CONSIDERANDO QUE, as Partes estão autorizadas a celebrar o presente Primeiro Aditamento, observadas as deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de dezembro de 2022, por meio da qual os titulares representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação aprovaram a alteração do item (u) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão.

RESOLVEM as Partes aditar a Escritura de Emissão, por meio do presente Primeiro Aditamento, observadas as cláusulas, condições e características abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. REGISTRO DO ADITAMENTO

I. O presente Primeiro Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações. Uma cópia eletrônica (PDF) contendo certificado de registro deste Primeiro Aditamento na JUCERJA deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias após a data do respectivo arquivamento.

II. O presente Primeiro Aditamento será registrado, ainda, nos Cartórios de RTD da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelece a cláusula 2.4.1 da Escritura de Emissão. Uma cópia eletrônica (PDF) contendo certificado de registro deste Primeiro Aditamento nos Cartórios de RTD deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias após a data do respectivo registro.

2. ALTERAÇÕES

2.1 As Partes concordam em alterar a redação do item (u) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, que seguirá com a seguinte redação:

“6.1. (u) pagamento de juros sobre o capital próprio (ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou pagamento

de dividendos e/ou devolução de mútuo aos acionistas, exceto no que diz respeito a valores oriundos dos seguintes contratos: (i) ao contrato de prestação de serviços de gestão entre a Emissora e a CCR, por meio de sua filial (denominada Divisão Actua); (ii) a qualquer outro contrato de prestação de serviços operacionais celebrados ou a serem celebrados entre a Emissora e empresas pertencentes ao grupo econômico dos seus acionistas; (iii) contratos celebrados ou a serem celebrados entre a Emissora e empresas de meios de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento; (iv) contratos de mútuo subordinado celebrados pela Emissora com os seus acionistas em 5 de abril de 2016, no valor de principal total de R\$44.435.385,24 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), cujos recursos foram utilizados para o investimento em decorrência da celebração do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 31 de dezembro de 2015; (v) contratos de mútuo subordinado celebrados pela Emissora com os seus acionistas em 8 de julho de 2016, no valor de principal total de R\$30.574.806,36 (trinta milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e seis reais e trinta e seis centavos), cujos recursos foram utilizados para cobrir a necessidade de caixa da Emissora no período entre a conclusão das obras e o final dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo que há a possibilidade de pré-pagamento de tal mútuo pela Emissora caso o Poder Concedente realize o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão devido por esta operação exclusiva através de indenização direta à Emissora; e (vi) aos contratos de prestação de garantia celebrados ou a serem celebrados entre a Emissora e empresas pertencentes ao grupo econômico dos seus acionistas, incluindo, sem limitação, a CCR (“Garantidores”), desde que (a) os Contrato(s) Prestação de Garantia não tenham custo superior a 0,80% a.a. sobre o volume do financiamento sobre o qual os Garantidores prestam garantia, (b) qualquer valor seja pago (b.1) somente após a liquidação integral do Valor Garantido ou após a Repactuação prevista na escritura, neste segundo caso desde que acordado com o debenturistas no momento da repactuação ou (b.2) com recursos de aporte de capital realizado especialmente para essa finalidade e (c) os Contrato(s) de Prestação Garantia tenham previsão de conversão dos valores devidos em Capital Social em caso de Inadimplemento Pecuniário-.”;

3. Ratificações

3.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Primeiro Aditamento.

4. Disposições Gerais

4.1 Este Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2 Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,



comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

4.3 Este Primeiro Aditamento e a Escritura de Emissão constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Primeiro Aditamento e da Escritura comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.4 As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Primeiro Aditamento foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade

4.5 Os termos utilizados neste Primeiro Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

4.6 Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a este Primeiro Aditamento.

4.7 As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Primeiro Aditamento, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil, conforme o disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.220-2.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022.

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO. SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURAS.]



(Página de assinaturas 1/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.)

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Nome: João Daniel Marques da Silva

Cargo: Diretor Presidente

Nome: Flávio da Costa Vaz

Cargo: Diretor Administrativo
Financeiro



(Página de assinaturas 2/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.)

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Guilherme Marcuci Machado

Cargo: Procurador

Nome: Bruna Vasconcelos Monteiro

Cargo: Procuradora



(Página de assinaturas 3/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR

Nome: Marcus Vinicius Figur da Rosa

Cargo: Diretor

Nome: Eduardo de Abreu e Lima

Cargo: Procurador



(Página de assinaturas 4/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.)

CCR S.A.

Nome: Marcio Yassuhiro Iha

Cargo: Diretor de GBS

Nome: Eduardo Siqueira Moraes
Camargo

Cargo: Diretor de Negócios



(Página de assinaturas 5/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária ViaRio S.A.)

Testemunhas:

Nome: Natália Xavier Alencar

CPF: 117.583.547-12

Nome: Luciana Parpinelli de Oliveira

CPF: 124.313.127-63